

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ATAS
  - 1.1 – Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
  - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO
  - 2.1 – Comissões
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 4 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA EM 13/10/2021

#### Presidência da Deputada Beatriz Cerqueira

Sumário: Comparecimento – Falta de quórum – Ordem do dia.

#### Comparecimento

– Comparecem as deputadas e os deputados:

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Bruno Engler – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegado Heli Grilo – Douglas Melo – Duarte Bechir – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Leninha – Mário Henrique Caixa – Professor Irineu – Roberto Andrade – Sávio Souza Cruz.

#### Falta de Quórum

A presidente (deputada Beatriz Cerqueira) – Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 14, às 10 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.).

### ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/9/2021

Às 14h43min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados João Magalhães, Raul Belém e Zé Reis (substituindo o deputado Roberto Andrade, por indicação da liderança do BDLHC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater e buscar esclarecimentos sobre a paralisação dos repasses financeiros destinados ao projeto

Veredas Sol e Lares, desenvolvido pela Cemig, que tem como objetivo a construção de uma usina fotovoltaica na região de Grão-Mogol, para atender a mais de 1.250 famílias de 21 municípios das regiões do Vale do Jequitinhonha e Rio Pardo, com desconto na tarifa de energia. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: no 1º turno, Projetos de Lei nºs 4.764/2017, 5.399, 5.400/2018 e 2.517/2021 (deputada Beatriz Cerqueira), e 2.991/2015, 4.982/2018, 2.716 e 2.814/2021 (deputado João Magalhães); e Projeto de Lei Complementar nº 70/2021 (deputado Roberto Andrade). A presidência comunica que será solicitada a reiteração do Requerimento de Comissão nº 8.060/2021. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 5.399 e 5.400/2018 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira) com a Emenda nº 1, e pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 4.982/2018 (relator: deputado João Magalhães), 1.776/2020 (relator: deputado Raul Belém) e 4.764/2017, 2.517 e 2.865/2021 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira) na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça. O Projeto de Lei Complementar nº 70/2021 e o Projeto de Lei nº 2.814/2021 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado João Magalhães, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.716/2021, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Raul Belém. O Projeto de Lei Complementar nº 20/2019, no 1º turno (relator: deputado Duarte Bechir) tem sua discussão adiada a requerimento do deputado Raul Belém. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.308/2021, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o cumprimento de reiteradas decisões judiciais que determinaram a inclusão do IPI da Souza Cruz na base de cálculo do VAF do Município de Uberlândia;

nº 10.311/2021, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que o pagamento das férias-prêmio convertidas em espécie seja calculado com correção monetária, no mínimo conforme a variação inflacionária calculada entre o período da publicação das férias-prêmio e o seu efetivo pagamento;

nº 10.312/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para regulamentação, com urgência, da Lei Complementar nº 165, de 17/9/2021, que estabelece regras gerais para a concessão de licença-paternidade aos servidores públicos e aos militares do Estado;

nº 10.314/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para solução imediata da situação de desvio de função dos ocupantes do cargo de pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas que ainda se encontram lotados na Secretária de Desenvolvimento Econômico – Sede –, salientando-se que o referido cargo não está previsto na estrutura dessa secretaria, mas da Fundação João Pinheiro, conforme a Lei nº 23.178, de 2018;

nº 10.335/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater e buscar esclarecimentos acerca dos cortes no orçamento de pessoal anunciados pela Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte – Prodabel –, via processos demissionais, bem como das condições de trabalho das servidoras e dos servidores da empresa;

nº 10.336/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte pedido de informações sobre os cortes no orçamento de pessoal via processos demissionais anunciados pela Diretoria Executiva da empresa;

nº 10.349/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as dificuldades dos municípios atendidos pela Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor –, tendo em vista os constantes problemas na prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como os valores exorbitantes das tarifas cobradas dos consumidores.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra e agradece a presença das Sras. Aline Weber Sulzbacher, docente e coordenadora do Observatório dos Vales e Semiárido Mineiro da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM –, Heliene Macedo de Araújo, mestre e coordenadora do Projeto P&D D0632, da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social, Elisiane de Fátima Jahn, doutora e pesquisadora do Projeto P&D D0632 da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social, Aline Aparecida Gomes Ruas Santos, da Coordenação Estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens, Sueli do Carmo Oliveira, colaboradora do Projeto P&D D0632 do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais de Araçuaí, Andrea Sandra Santana, atingida do Município de Indaiabira, Antonia Sonia Alves Cardoso Diniz, pesquisadora do Projeto P&D D0632 da PUC Minas, Alaide de Almeida, atingida do Município de Grão Mogol; e os Srs. Franklin Moreira Gonçalves, assistente da Diretoria de Relações Institucionais da Cemig, representando o Sr. Alexandre Ramos Peixoto, da área de relações institucionais da Cemig, Leonardo Pereira Cassol, gerente de geração da Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento – Cveral –, Luis Henrique Shikasho, auxiliar técnico do Projeto P&D D0632, da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social, Denio Alves Cassini, pesquisador do Projeto P&D D0632, da Axxiom Tecnologia e Inovação, Joceli Jaison José Andrioli, da coordenação estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens, William Alves de Souza, gerente da Cemig SIM, representando o diretor-presidente da Cemig SIM, e Efendy Emiliano Maldonado Bravo, pesquisador e advogado da Adai. A presidência concede a palavra à deputada Beatriz Cerqueira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidente.

#### **ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/9/2021**

Às 14h21min, comparecem à reunião as deputadas Andréia de Jesus, presencialmente, e Leninha e o deputado Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Celinho Sintrocel. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no Diário do Legislativo nas datas mencionadas entre parêntesis: das Sras. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti (5), secretária de Estado de Desenvolvimento Social (21/8/2021 (2)); (5/8/2021 (3); (19/8/2021); (21/8/2021); Júlia Figueiredo Goytacaz Sant Anna, secretária de Estado de Educação (5/8/2021); Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (3/7/2021); Luciana Marques Coutinho, procuradora do Trabalho em Minas Gerais (11/9/2021); Priscila Soares Corrêa Faria, secretaria municipal de Passos (12/8/2021) e Luísa Cardoso Barreto (2), secretária de Estado de Planejamento e Gestão (5/8/2021); e dos Srs. Marcos de Castro Simanovic (2), presidente substituto do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (24/7/2021 e 5/8/2021)); Jarbas Soares Júnior, procurador-geral de justiça do Ministério Público de Minas Gerais (12/8/2021); Renato Teixeira Brandão, presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente (3/7/2021); Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (9/7/2021); Fábio Baccheretti Vitor (2), secretário de Estado de Saúde (24/6/2021 e 5/8/2021); Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo

(5/8/2021 e Rodrigo Sousa Rodrigues (2), comandante-geral do Polícia Militar de Minas Gerais (15/8/2021) e Rogério Greco (3), secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública (21/8/2021 e 27/8/2021). A presidenta acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.524/2021, no 1º turno, para o qual designou nova relatora a deputada Leninha. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.524/2021, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Leninha). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº Projeto de Lei nº 4.810/2017 (relatora: deputada Andréia de Jesus). Votaram “sim” as deputadas Andréia de Jesus e Leninha e o deputado Marquinho Lemos. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.386/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para oportunizar a participação de representantes da Defensoria Pública de Minas Gerais e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/MG – nos trabalhos inerentes aos procedimentos administrativos disciplinares instaurados em decorrência de óbitos ocorridos na Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria, por suicídio, em 2021, com vistas a apurar possíveis causas ou responsabilidades de servidores lotados na unidade;

nº 10.387/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais, aos cuidados da promotora Cláudia do Amaral Xavier, da Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos e Controle Externo das Atividades Policiais do Ministério Público de Minas Gerais, o link com o inteiro teor da 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 8/9/2021, com a finalidade de debater possíveis violações de direitos humanos quanto à saúde mental e à integridade física das pessoas acauteladas na Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria, em São Joaquim de Bicas, na ala específica para a população LGBTQIA+, para conhecimento;

nº 10.388/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – pedido de informações acerca do cumprimento ou incorporação das medidas estabelecidas em decisão liminar proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 5001703-76.2021.8.13.0301, ajuizada pela Defensoria Pública de Minas Gerais em face do Estado de Minas Gerais, bem como do atendimento às recomendações apresentadas pela mesma instituição, por meio do Ofício nº 38/DPMG, de 11/8/2021, visando a garantia de direitos do público LGBTQIA+ acautelado na Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria, e, considerando-se as denúncias e os relatos apresentados em audiência pública da comissão, em 8/9/2021, sobre o assunto, esclarecimentos sobre o seguinte: a) qual a estrutura disponível para o atendimento desse público (vagas disponibilizadas e o atual percentual de ocupação), esclarecendo-se sobre a eventual realização de reformas ou adequações na respectiva unidade; b) quais os quantitativos de policiais penais, analistas e técnicos lotados na unidade, que atuam diretamente com os acautelados, discriminando-se o número de policiais penais femininas; c) quais os atendimentos de saúde e socioassistenciais disponibilizados, esclarecendo-se se existe equipe multidisciplinar exclusiva na unidade, em quantas horas semanais ocorre a assistência, a composição da equipe e quais os vínculos de trabalho desses profissionais; d) como tem sido disponibilizado o tratamento hormonal e o processo transexualizador, além do atendimento psicológico e psiquiátrico a esse público; e) se há obstáculos para o devido acesso aos medicamentos prescritos, inclusive se existe algum controle em relação à dispensa desses medicamentos para os acautelados, em especial aqueles de uso controlado; f) qual a atual situação da vacinação na unidade, esclarecendo-se o número ou percentual dos vacinados em primeira dose, segunda dose ou dose única; g) como tem ocorrido o apoio dos familiares aos acautelados na unidade durante a pandemia, esclarecendo-se a periodicidade das visitas virtuais (e presenciais, se for o caso) e, ainda, como tem ocorrido a disponibilização dos kits destinados aos acautelados pelos familiares; h) quais medidas têm sido adotadas para prevenir situações de lesões autoprovocadas, tentativas de suicídio e autoextermínios, considerando o expressivo número de casos ocorridos na unidade no

ano de 2021; i) como se dá o processo de averiguação de possíveis faltas cometidas pelos acautelados, esclarecendo se há espaço para a efetiva defesa, bem como quantos são os acautelados submetidos a procedimentos desse tipo no momento; quais são as privações a que estão sujeitos os acautelados a depender da falta cometida (leve, média ou grave); j) qual tem sido a atuação do Grupo de Intervenção Rápida – GIR – na referida penitenciária, considerando relatos no sentido da atuação cotidiana do grupo, por vezes em substituição às funções típicas dos policiais penais lotados na unidade; k) quais as ações de capacitação continuada acerca de direitos e peculiaridades desse público voltadas aos servidores do sistema prisional, particularmente daqueles lotados nessa penitenciária; l) quais os recursos orçamentários efetivamente executados em projetos ou programas direcionados a humanização da pena, atenção à saúde, ações voltadas à ressocialização, formação continuada de profissionais em questões inerentes a esse público, nos anos de 2020 e 2021; m) quais medidas têm sido adotadas pela Sejusp para propiciar a devida coleta de estatísticas sobre violências sofridas por esse público, de maneira a melhor conhecer o atual cenário a que estão submetidos, bem como para subsidiar futuras políticas públicas de prevenção e garantia de direitos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2021.

Leninha, presidente – André Quintão.

#### **ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS PRIVATIZAÇÕES NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/10/2021**

Às 10h10min, comparecem à reunião os deputados Coronel Sandro, Guilherme da Cunha e Elismar Prado (substituindo o deputado Betão, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Coronel Sandro, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o atual estado do fornecimento de energia elétrica em Minas Gerais, a adequação da oferta e as perspectivas de ampliação da geração e os diferentes modelos de fornecimento de energia elétrica oferecidos no Brasil e no exterior. Em seguida, é aprovado relatório de visita à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig –, realizada em 25/8/2021, que segue publicado após as assinaturas. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a participação das Sras. Letícia Ourívio Faria, advogada; Juliana Ellen de Sales, vereadora da Câmara Municipal de Nova Lima – CMNL; Luciana Horta Marra, arquiteta decoradora; e Thayany Natache Vieira de Almeida, educadora física (esta participando remotamente); e o Sr. Asterio Itabayana Neto, estudante de direito. A presidência concede a palavra ao deputado Guilherme da Cunha, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.501/2021, dos deputados Coronel Sandro, Elismar Prado e Guilherme da Cunha, em que requerem seja realizada visita às instalações de mineração e processamento de nióbio, no Município de Araxá, para conhecer o processo produtivo desse mineral, realizado em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig;

nº 10.502/2021, dos deputados Coronel Sandro, Elismar Prado e Guilherme da Cunha, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre as usinas fotovoltaicas em Minas Gerais cuja ligação ao sistema de transmissão ou distribuição estejam pendentes ou cuja possibilidade de geração esteja limitada por

restrições de capacidade de transformação de voltagem, especificando-se as localidades dos pedidos pendentes e a data inicial de solicitação de ligação;

nº 10.503/2021, dos deputados Coronel Sandro, Elismar Prado e Guilherme da Cunha, em que requerem sejam encaminhadas ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, para conhecimento, as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater o atual estado do fornecimento de energia elétrica em Minas Gerais, a adequação da oferta, as perspectivas de ampliação da geração e os diferentes modelos de fornecimento de energia elétrica disponíveis no Brasil e no exterior.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2021.

Coronel Sandro, presidente.

## RELATÓRIO DE VISITA

### Comissão Extraordinária das Privatizações

**Finalidade:** Obter informações sobre a atuação da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – e o seu processo de privatização.

**Local Visitado:** Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Rua Manaus, nº 467, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, Minas Gerais.

### Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 9.497/2021, dos deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha, a Comissão Extraordinária das Privatizações visitou, no dia 25/8/2021, a Codemig, em sua sede administrativa.

Os deputados Coronel Sandro e Bartô estiveram presentes.

### Relato

O objetivo da visita foi acumular conhecimentos sobre a atuação da Codemig e sobre o seu eventual processo de privatização. A dinâmica do evento consistiu em uma apresentação feita aos parlamentares pelo atual diretor-presidente da companhia, Sr. Thiago Coelho Toscano, sobre o que são a Codemig e a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge –, quais são os seus respectivos negócios, políticas de investimentos, situações financeiras, governanças, articulações com as políticas públicas em execução e perspectivas quanto ao processo global de desestatização pretendido pelo Poder Executivo Estadual.

O gestor delineou o panorama do negócio da Codemig, concentrado na exploração e no beneficiamento do nióbio, informando que se trata de uma atividade econômica altamente rentável, com um lucro líquido registrado de R\$1,3 bilhão no exercício de 2020. Em contrapartida, informou que parte desse montante foi destinado à cobertura do prejuízo anual, no mesmo período, registrado pela sua acionista majoritária, a Codemge, equivalente a R\$200 milhões.

Ao explicar sobre o panorama da atividade de comercialização do nióbio, o gestor demonstrou, em linhas gerais, o complexo processo produtivo – composto por mais de uma centena de etapas – pelo qual passa o mineral, desde sua extração até seu embarque para comercialização. Em sua explicação, esclareceu que a Codemig e sua sócia ostensiva privada, a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM – detêm o quase monopólio do mercado mundial do produto, o que lhes confere gigantesca vantagem comparativa na formação de preços da *commodity*, em escala global. Justificou tal vantagem com o fato de que as reservas minerárias, cujo direito de exploração pertence ao Estado de Minas Gerais, representam mais de 95% do total de reservas de nióbio

existentes no Planeta; e com o fato de a CBMM deter exclusividade no uso de seu processo produtivo, por direito de propriedade industrial.

No decorrer de sua fala, Thiago Toscano esclareceu a intenção de se desestatizar a Codemig, parcial ou integralmente. Para tanto, informou que há um estudo de modelagem econômica de alienação dos seus ativos em elaboração, com perspectiva de finalização até o primeiro trimestre de 2022. Mediante inferências prévias realizadas, estima-se que o valor de venda dos direitos minerários do nióbio situa-se entre R\$20 bilhões e R\$30 bilhões.

Subsidiariamente, esclareceu que há, em andamento, um processo de desinvestimento da Codemig em outras áreas nas quais a companhia atua, sobretudo com participação acionária, como, por exemplo, em atividades econômicas nos setores aeroespacial e de indústria aditiva (negócios de impressão em 3D), de biotecnologia e ciências da vida, de internet das coisas – IoT – e de economia criativa.

No decorrer da reunião, o deputado Coronel Sandro recebeu convite do diretor-presidente da Codemig para uma visita técnica à planta industrial da companhia, situada no Município de Araxá, para conhecer *in loco* os temas relativos ao processo produtivo do nióbio.

### Conclusão

A visita atendeu aos princípios de conveniência e oportunidade, propiciando o crescimento da curva de aprendizado da Comissão Extraordinária das Privatizações acerca dos temas relativos à cadeia produtiva do nióbio e sobre seu eventual processo de desestatização, com repercussão direta sobre a formação decisória do Parlamento Mineiro, em termos legislativos. Cabe a esta comissão continuar acompanhando o tema, tendo em vista sua estrita competência regimental.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2021.

Coronel Sandro, relator.

### ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/10/2021

Às 16h42min, comparecem à reunião os deputados Mauro Tramonte, Fernando Pacheco e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Mauro Tramonte, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.233/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Pizzarela por seus 50 anos de fundação, celebrados em 28/10/2021;

nº 10.287/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Magadu Olival, de Maria da Fé, pela premiação do Azeite Monasto, na Olio Nuovo Days Competition, em Paris, com medalha de ouro na categoria Bests of the Southern Hemisphere;

nº 10.383/2021, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a revitalização do Circuito das Águas a partir do Município de São Lourenço;

nº 10.451/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Feijoada do Maranhão pela comemoração de seus 30 anos de história;

nº 10.513/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater as perspectivas do Aeroporto da Pampulha para o turismo do Estado após sua concessão;

nº 10.515/2021, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a revitalização do lado mineiro do Parque Nacional de Itatiaia, no Município de Itamonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2021.

Mauro Tramonte, presidente – Professor Cleiton.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Leninha e os deputados Gustavo Valadares, Hely Tarquínio e Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/10/2021, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater as possíveis violações de direitos humanos nas ocupações da Izidora – Helena Greco, Rosa Leão, Esperança e Vitória, relacionadas à ausência de fornecimento de água e energia elétrica e às dificuldades de acesso às políticas socioassistenciais e de saúde.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2021.

Andréia de Jesus, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/10/2021, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 9.362 a 9.364, 9.374 e 9.389/2021, do deputado Sargento Rodrigues, 9.380/2021, do deputado Delegado Heli Grilo, e 9.422/2021, da Comissão de Administração Pública, de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o fechamento de unidades prisionais no Estado, não obstante a obrigação prevista no art. 103 da Lei nº 7.210/1984, que prevê que cada comarca terá pelo menos uma cadeia pública, a fim de resguardar o interesse da Administração da Justiça Criminal e a permanência do preso em local próximo ao seu meio social e familiar; e seja discutido o impacto financeiro, social e político da mencionada medida, bem como seu impacto na segurança pública do Estado e na integração das forças de segurança pública.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.069/2020****Comissão de Segurança Pública****Relatório**

De autoria do deputado Gustavo Mitre, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Segurança Pública de Itaúna – Aspi –, com sede no Município de Itaúna, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.069/2020 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Segurança Pública de Itaúna – Aspi –, com sede no Município de Itaúna, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, constituir-se em canal privilegiado entre a comunidade e as autoridades policiais e dos órgãos do sistema de segurança pública locais, de forma a incentivar a participação e organização de ações integradas e a promoção de atividades educacionais de segurança que resultem na melhoria da qualidade de vida da sociedade, além de dar suporte ao Conselho de Segurança Pública – Consep – de Itaúna, especialmente na arrecadação e aplicação de recursos financeiros nas prioridades definidas pelo conselho.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Aspi, de Itaúna, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

**Conclusão**

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.069/2020, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2021.

Delegado Heli Grilo, relator.

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-secretário despachou, em 13/10/2021, a seguinte correspondência:

**OFÍCIOS**

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.122/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Carlos Roberto de Rezende, prefeito de Cristiano Ottoni, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.819/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Frederico de Moura Carneiro, secretário de Trânsito do Ministério de Infraestrutura, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.698/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.369/2021, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.028/2021, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Liliansy Maria Silva Carvalho, secretária de Saúde de Diamantina, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.027/2021, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fabio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.017/2021, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.015/2021, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.884/2021, da Comissão de Agropecuária. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.887/2021, da Comissão de Agropecuária. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Carlos Eduardo Tavares de Castro, diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.295/2021, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda, controlador-geral do Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.152/2021, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Carlos Eduardo Tavares de Castro, diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.165/2021, da Comissão de Defesa do Consumidor. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Cristiane Schwanka, diretora-presidente em exercício da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.166/2021, da Comissão de Defesa do Consumidor. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, prestando informações relativas ao Requerimento nº 821/2019, da deputada Beatriz Cerqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, prestando informações relativas ao Requerimento nº 822/2019, da deputada Beatriz Cerqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.279/2021, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.926/2021, da deputada Ana Paula Siqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.313/2021, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.318/2021, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.811/2021, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.042/2021, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 45/2019, do deputado Cristiano Silveira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Marcelo de Souza e Silva, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte, manifestando-se favoravelmente à manutenção do veto parcial à Proposição nº 24.847, que altera a Lei nº 19.095, de 2 de agosto de 2010, que disciplina o *marketing* direto ativo e cria lista pública de consumidores para o fim que menciona. (– Anexe-se ao Veto nº 27/2021.)

Do Sr. Cleiton de Sousa, presidente da Câmara Municipal de Cambuquira, e outros, solicitando apoio para derrubada do veto à Proposição de Lei nº 24.886, que estabelece normas para a prestação de serviço de fretamento de veículo de transporte coletivo para viagem intermunicipal e metropolitana e dá outras providências. (– Anexe-se ao Veto nº 29/2021.)

Do Sr. Claudinei Alves da Cruz Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Itamarandiba, encaminhando moção de repúdio à Copasa pela má prestação de serviços de esgotamento sanitário no município e pelo aumento exorbitante das tarifas desses serviços, sem prévia comunicação aos usuários. (– Às Comissões de Defesa do Consumidor e de Saúde.)



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/10/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 2/10/2021, que nomeou Vinicius Luca Andrada Moraes, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Zé Reis;

exonerando Felipe Pires Jácome, padrão VL-25, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bernardo Mucida;

nomeando Juliana da Silva Côrrea Angelim, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bernardo Mucida.

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### Pregão Eletrônico nº 66/2021

#### Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 134/2021

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 3/11/2021, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de elementos filtrantes para purificadores de água.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2021.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 76/2021****Número no Siad: 9263236/2021**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Belocopy Comércio de Equipamentos Reprográficos Ltda. Objeto do contrato: locação de equipamentos gráficos, novos ou seminovos, para execução de cópia e impressão digital em preto e branco, incluindo contagem do número de cópias, manutenção preventiva e corretiva, e fornecimento de peças e insumos. Objeto do aditamento: primeira prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 12 (doze) meses, de 30/12/2021 a 29/12/2022, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3390.10.1.